



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIII — N.º 140 — S. PAULO MAIO DE 1968 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

A Condenação Universal

No dia 29 de novembro de 1968, a Assembléa Geral das Nações Unidas, levando em consideração o relatório da Comissão Especial, aprovou a seguinte Resolução:

1. Reafirma o direito inalienável dos povos dos territórios sob dominação portuguesa à auto-determinação, à liberdade e à independência, de acordo com a resolução da Assembléa Geral n. 1514 e a legitimidade da sua luta para atingir esse direito;

2. Condena a persistente recusa, por parte do governo de Portugal, em executar a resolução 1514 e outras resoluções importantes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança;

3. Apela para o Governo de Portugal, no sentido de aplicar sem demora aos povos dos territórios sob sua dominação o princípio da auto-determinação, liberdade e independência, de acordo com as providências e objetivos da Carta das Nações Unidas e da resolução 1514;

4. Chama a atenção do Conselho de Segurança para a grave situação dos Territórios sob dominação portuguesa, a qual também tem agravado a situação explosiva no sul da África;

5. Apela para todos os Estados, no sentido de que garantam aos povos dos Territórios sob dominação portuguesa a assistência moral e material necessária para a restauração dos seus direitos inalienáveis;

6. Reitera o seu apelo a todos os Estados, e em particular aos membros de Organização do Tratado do Atlântico Norte, a fim de negar a Portugal qualquer assistência que lhe permita prosseguir a guerra colonial nos Territórios sob sua dominação;

7. Condena a colaboração entre Portugal, o regime da minoria racista da África do Sul e o regime ilegal e de minoria racista da Rodésia do Sul, que se propõem perpetuar o colonialismo e a opressão no sul da África;

8. Condena as violações, pelo governo de Portugal, da integridade e da soberania de Estados independentes da África;

9. Apela urgentemente para todos os Estados no sentido de tomarem todas as medidas afim de evitarem o recrutamento e a instrução, nos seus territórios, de quaisquer pessoas, como mercenários, para a guerra colonial que está sendo mantida nos territórios sob dominação portuguesa e para as violações da integridade territorial e da soberania de Estados africanos independentes;

10. Deplora a política do governo de Portugal, que viola os direitos políticos e econômicos das populações indígenas, por meio da expulsão arbitrária da população africana e da instalação de emigrantes estrangeiros nesses Territórios, e apela para Portugal a fim de cessar imediatamente a prática destes atos;

11. Deplora igualmente as atividades dos interesses financeiros que operam nos Territórios sob dominação portuguesa, que colocam obstáculos no caminho da luta dos povos pela auto-determinação, liberdade e independência e que tornam mais fortes os esforços militares de Portugal;

12. Apela para o governo de Portugal, no sentido de que, tendo em vista o conflito armado que se verifica nesses territórios e o tratamento desumano dos prisioneiros, garanta a aplicação da Convenção de Genebra relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra, de 12 de agosto de 1949;

13. Expressa o seu agradecimento aos Estados membros, ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, às agências especializadas e a outras organizações internacionais de auxílio, pela assistência que vêm prestando e convida todos a aumentar essa assistência, inclusive no campo da saúde e de tratamento médico às vítimas do colonialismo português;

14. Convida o Secretário Geral, tendo em conta a resolução 2349, da Assembléa Geral, de 19 de dezembro de 1967, e depois de consultar as agências especializadas e os governos onde se acham instaladas, a desenvolver e expandir os programas de instrução dos habitantes indígenas dos territórios sob dominação portuguesa, levando em conta as suas necessidades de quadros de funcionalismo civil, e de pessoal técnico e profissional que possa assumir as responsabilidades da administração pública e do desenvolvimento econômico e social dos seus próprios países;

15. Roga ao Secretário Geral que tome as medidas que julgar apropriadas para a aplicação da presente resolução e que depois disso se comunique à vigésima quarta sessão da Assembléa Geral;

16. Roga ao Comité Especial sobre a Aplicação da Declaração Garantindo a Independência dos Povos e Países Coloniais que continue a manter a situação nestes Territórios sob a sua vigilância".

(Apenas votaram contra esta Resolução três países.)



Fidelidade à Paz dos Cemitérios

"A sua alma veio com as primeiras expedições para ficar aqui, vigilante, na mais avançada, mais destemida, mais resoluta linha de defesa da causa de Portugal, que é a causa da Paz e da Civilização. Estou aqui presente em pessoa como Presidente do Conselho de Ministros, mas o espírito do dr. Salazar veio antes de mim e continua entre nós, porque ele se identificou em Angola com o próprio espírito da Pátria".

(palavras de Marcelo Caetano, em Luanda.)

A CERTEZA DA ESCALADA

A visita de Marcelo Caetano às colónias não trouxe surpresas. Ele disse e fez o que os seus adversários esperavam que dissesse e fizesse. Meses atrás havíamos previsto que a sua viagem seria uma autentica ronda dos quartéis. E não nos equivocamos.

Marcelo perseguia dois objetivos: obter o apoio dos militares e mistificar as minorias brancas de Angola e Moçambique. Aos primeiros foi dar garantias de que a sua política colonialista é muito mais ambiciosa do que a de Salazar; às segundas foi prometer uma descentralização administrativa que atenda às reivindicações autonomistas dos colonos que sonham com o exemplo da Rodésia.

Era em Portugal que Marcelo pensava durante toda essa visita relâmpago. A tournée não passou de uma confirmação de investidura destinada a fortalecê-lo no seio de clã fascista, a impor homens seus para a futura Assembleia Nacional e a confundir os elementos conciliadores da Oposição, despertando neles, novamente, a esperança última abalada, de que é um "liberal" e um homem de "diálogo".

Politicamente, regressou fortalecido, no seio do clã fascista. Mas, quais foram os resultados reais da viagem? Se expurgarmos as suas arengas da retórica e da demagogia, o que fica? A certeza da escalada!

"Temos de conquistar a paz", disse, logo ao desembarcar em Bissau. E durante sete dias usou e abusou da palavra Paz. Mas todos perceberam o que queria realmente dizer: **VAMOS INTENSIFICAR A GUERRA!**

Em Bissau, onde permaneceu apenas algumas horas, as fotografias mostram-no rodeado de um impressionante dispositivo de segurança. Em Angola e Moçambique cumpriu aquele tipo de programa que todas as administrações coloniais aprenderam a preparar com perfeição mecânica. As "entusiásticas" manifestações em sua honra não diferiram muito das promovidas por ocasião das visitas de Carmona, Craveiro Lopes e Tomás. Há uma desoladora uniformidade na organização dessas concentrações forçadas. A técnica é a mesma, desde a coroação de Jorge V, em Nova Delhi, como imperador das Índias, às recepções triunfais de Mussolini em Trípoli.

Em Bissau, em Luanda, em Lourenço Marques, Caetano manteve longas conversações a portas fechadas com os altos comandos militares. Desses encontros transpirou o suficiente para desmentir o optimismo dos ingênuos que acreditavam numa nova política colonial. Os generais colocaram o sucessor de Salazar perante um panorama sombrio. O P.A. I.G.C. dispõe em todo o lado da iniciativa estratégica; o M.P.L.A. e a FRELIMO, embora se achem implantados em zonas economicamente muito atrasadas, são militarmente imbatíveis. A "pacificação" é impossível!

A conquista da paz torna-se assim a certeza da guerra. Ao identificar-se com Salazar, Marcelo, por uma vez, foi sincero: "Estou aqui presente — afirmou em Luanda — como presidente do Conselho de Ministros, mas o espírito do dr. Salazar veio antes de mim e continua entre nós, porque ele se identificou em Angola com o próprio espírito da Pátria!"

Seria, contudo, um erro grave das forças anti-fascistas aceitar mecanicamente essa identificação com Salazar. A política de guerra do caetanismo assenta numa estratégia ambiciosa. Franco Nogueira levanta uma ponta do véu ao declarar com a sua habitual arrogância que a política do colonialismo português "na África Austral tem hoje a dimensão de uma grande política de âmbito e interesse internacional, e não se pode pedir, nem ninguém já nos pede, que passemos a praticar uma pequena política que seria de visão estreita e sem interesse". Não subestimemos o inimigo. A política colonial portuguesa ampliou os seus objetivos criminosos com Marcelo Caetano e conta hoje com apoios internacionais mais sólidos do que no tempo de Salazar.

Só o povo português, com a ajuda fraternal dos povos escravizados da África Austral, pode impedir que os planos monstruosos da Santa Aliança — previstos e denunciados com dramática lucidez por Franz Fanon — se convertam numa trágica realidade para a humanidade.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Manifestações no 1.º de Maio

Página 8

EM PARIS

Acto Público Comemorativo
do Dia Internacional da Mulher

PARIS (Do Correspondente) — Um grupo de democratas portuguesas residentes em Paris promoveu no dia 9 de março, em Pantin, uma jornada de confraternização comemorativa do Dia Internacional da Mulher.

O acto, que foi presidido pela escritora Maria Lamas, atraiu a comparação de mais de 300 pessoas, na maioria jovens portuguesas. Foram enviadas mensagens às presas políticas portuguesas, às mulheres de Angola, da Guiné e de Moçambique e um telegrama a Marcelo Caetano, exigindo a libertação das patriotas encarceradas nos presídios fascistas por "crimes" de opinião.

A escritora Maria Lamas, falando de improviso, enalteceu o significado do Dia Internacional da Mulher. A intervenção principal coube a uma operária de Aljustrel que fez um vibrante discurso do qual publicamos as passagens mais expressivas.

"Para as combatentes anti-fascistas — disse — a Jornada Internacional da Mulher este ano, é, pois antes de mais, uma jornada de combate contra esta manobra demagógica do fascismo. Na verdade, o direito de voto às mulheres não é uma dádiva do governo de Marcelo Caetano. É uma conquista do povo português, fruto de uma longa luta de mais de quatro décadas direito expressamente reivindicado pelas forças democráticas desde 1945.

Privadas do direito de se associarem livremente, como os trabalhadores e o povo em geral, pois todas as organizações democráticas foram sistematicamente liquidadas pelo fascismo, nós às mulheres nunca deixamos de aproveitar todas as possibilidades de luta, sem hesitarmos mesmo em recorrer à luta semi-legal e ilegal, enfrentando corajosamente a repressão para defender os nossos direitos de trabalhadoras, de mães e de cidadãs. Concedendo tardiamente o direito de voto às mulheres, o governo não consegue fazer esquecer esta realidade.

Têm tentado desde sempre através da mais baixa demagogia fazer-nos adormecer, fazer-nos esquecer os graves problemas que nos atormentam. Gostam muito de encher a boca, chamando-nos "o anjo doméstico", "as rainhas do lar". Mas qual é a dura realidade? É que cada dia é maior o número de mulheres que para além do duro trabalho do lar, são obrigadas a trabalhar nas piores condições de exploração, nas fábricas, nos escritórios e nos campos. Executando trabalho igual ao dos homens, as trabalhadoras portuguesas ganham normalmente salários muito inferiores. Todas nós sabemos que uma operária agrícola ganha normalmente metade do salário dum homem. Com as operárias fabris, passa-se mais ou menos a mesma coisa. Os patrões não só exploram desenfreadamente a mão-de-obra feminina, pagando-nos salários de 15 a 40% inferiores aos dos homens, como com a sua propaganda ainda pretendem que consideremos esta situação natural.

A historiadora Isabel Barreno Martins contou há tempos este facto significativo, num colóquio sobre a condição da mulher em Portugal. "Uma assistente social foi visitar uma oficina e viu mulheres a trabalhar ao torno. Con-

versando com o contramestre perguntou-lhe: elas ganham o salário de um torneiro, não é verdade?"; o contramestre disfarçou, mostrou-se pouco à vontade e disse: — bom por enquanto são aprendizas; a assistente social insistiu, "sim, mas depois vão ganhar o mesmo que os torneiros, não é?", e o homem então resolveu entrar direito no assunto: "Oh minha senhora, não diga isso, parece mal, as mulheres a ganharem tanto como os homens, até parece comunismo!"

É do conhecimento geral que as trabalhadoras não têm qualquer assistência eficaz na gravidez e no parto. Muitos patrões obrigam as operárias e empregadas a assinar recibos de subsídios que nunca viram. Em 1965 nasceram 93.378 crianças sem qualquer assistência, ou seja mais de 44% do total dos partos havidos nesse ano na metrópole. O que quer dizer que em cada 100 parturientes, 45 não tiveram assistência médica de qualquer espécie.

Mas se o governo português não protege a mulher durante a gravidez e o parto, também não protege a infância. Não é, pois para admirar que Portugal detenha o triste record da mais alta taxa de mortalidade infantil de toda a Europa: 89 óbitos de crianças de menos de 1 ano por 1.000 nascimentos; duas, três e quatro vezes mais de óbitos do que os verificados nos outros países da Europa Ocidental.

A miséria é tanta, é tão poderosa a corrupção do dinheiro, é tão profunda a decomposição da sociedade que a criminalidade e a prostituição não param de aumentar. Em Portugal o ritmo do aumento da prostituição é mais que duplo em comparação com o aumento da população. Em 1962 havia, só em Lisboa, 500 prostibulos e 5.000 prostitutas matriculadas (mais do dobro das existentes em 1926). Depois da espectacular, inútil e demagógica proibição da prostituição em Janeiro de 1963, em vez de umas tantas ruas e casas, temos a prostituição "clandestina" espalhada por todo o lado. Se condições de trabalho e assistência são o que se acaba de referir, as condições culturais não são melhores. Salazar disse: "Saber ler, escrever e contar é bastante para a maioria dos portugueses." Na verdade toda a "política do espírito" dos governantes portugueses tem tido em vista vedar às classes trabalhadoras o acesso à cultura e à instrução. A taxa de analfabetismo para o sexo feminino é de 48%. Quer dizer que 48 mulheres em cada 100 estão dispensadas de saber ler, escrever e contar...

Em cada mil mulheres maiores de 9 anos — 138 tem o ensino primário. Em cada mil mulheres maiores de 12 anos — só 16 tem um curso secundário. Em cada mil mulheres com mais de 18 anos, apenas 3 com curso superior.

Para as despesas militares há 40% e mais das receitas do Estado; para a educação, 10% e menos. No total da população, masculina e feminina, Portugal conta 40% de analfabetos. Vergonhoso escândalo.

(...) Mas aos tormentos de uma vida de negra miséria para a esmagadora maioria das mulheres portuguesas veio juntar-se há 8 anos a saudade, o sobressalto constante pela sorte dos que par-

tiram e podem nunca mais voltar. E para milhares e milhares de de mães, esposas e irmãs é já o luto pelos seus entes mais queridos, mortos numa guerra injusta e criminosa. Mortos que segundo os governantes não temos sequer o direito de chorar! Outras mães, esposas e irmãs de Angola, Guiné e Moçambique — que hoje recordamos fraternalmente — choram como nós os seus mortos, vítimas do mesmo inimigo que nos oprime — o fascismo e o colonialismo. É necessário, é urgente que mobilizemos todas as nossas energias para pôr fim num curto prazo a toda esta tragédia que a continuar conduzir o nosso país para o abismo.

Queridas amigas:

Ao longo de 42 anos de regime, não têm faltado combatentes anegadas contra a opressão, a miséria e a guerra de que o nosso povo se pode orgulhar. Lembramos com profunda emoção, Catarina Eufémia, heroína do nosso povo, jovem camponesa de Baleizão, assassinada pela GNR quando á frente dum rancho de ceifeiros, com um filho ao colo e outro no ventre, reclamava Pão e Trabalho. Lembramos com profunda emoção, Maria Machado, Luísa Paula, Maria Isabel Aboim Inglês, Helena Magro, Maria Albertina e tantas outras combatentes caídas na luta, mas que continuam a nosso lado.

Nesta jornada Internacional da Mulher saudamos as combatentes de vanguarda que por detrás das grades do Forte de Caxias, espiam há longos anos o crime de lutarem por uma vida melhor para o nosso povo. Fernanda Paiva Tomás, Colélia Fernandes, Olívia Sobral, Maria Cabeçinha e tantas outras presas políticas, esperam que a nossa ação decidida obrigue o governo de Marcelo Caetano a restitui-las à liberdade.

Saudamos as trabalhadoras da cidade e do campo que lutam contra a exploração patronal, contra o aumento do custo de vida, contra as guerras coloniais, por Pão, Paz e Liberdade.

Saudamos as corajosas conservadoras de toda a costa algarvia, de Setúbal e Matosinhos, as operárias da FEX de Alhos Vedros que não hesitaram em recorrer à greve como protesto contra os despedimentos, por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Saudamos as valentes mulheres dos pescadores do norte do país que manifestando-se nas ruas apoiaram ativamente a recente greve dos seus maridos.

Saudamos igualmente as corajosas mulheres dos grevistas da Carris de Lisboa, das fábricas de montagem de automóveis FORD, da General Motors na Azambuja, da Lisnave, Perryson e Alfeite pelo estímulo que deram aos seus maridos, filhos e irmãos para que não cedessem frente às manobras, às ameaças e brutalidade dos patrões e do governo.

Saudamos as estudantes de Lisboa, Coimbra e Porto que têm participado ativa e massivamente nas greves e manifestações que os estudantes universitários têm realizado recentemente em Portugal pelos seus direitos associativos e contra o obscurantismo.

Uma criança ofereceu um ramo de rosas à escritora D. Maria Lamas, outro à mãe mais velha que se encontrava entre a assistência (uma senhora de 76 anos) e outro à mãe mais nova (uma jovem que teve o seu primeiro filho aos 14 anos.)

Em seguida, várias jovens venderam à assistência um postal comemorativo do 8 de Março.

A sala estava toda decorada com motivos portugueses.

À entrada um pequeno stand onde se vendiam e sorteavam bibelots e diverso artesanato confeccionado e oferecido pelas mulheres portuguesas participantes na festa.

Foram também oferecidos inúmeros bolos e garrafas de espumante que se venderam e sortearam.

As Confissões do Fascismo

Há em Portugal muitos democratas ingénuos que continuam alimentando ilusões sobre uma mudança na política colonialista do governo do sr. Marcelo Caetano. Para os colocar perante a dura realidade enfrentada pelo nosso povo, "Portugal Democrático" publica nesta edição alguns documentos esclarecedores sobre o fosso intransponível que separa a posição do governo de Lisboa em face do problema colonial da posição que sobre a mesma questão tem a opinião pública mundial, representada pelo mais alto organismo internacional, a Assembléia Geral das Nações Unidas. Pareceu-nos oportuno transcrever na primeira página o texto integral da última Resolução da ONU sobre o colonialismo português para que os leitores, mais facilmente, pudessem avaliar — no momento em que a viagem do sr. Marcelo Caetano abre as torneiras a uma propaganda torrencial das teses de Lisboa — a gravidade do impasse a que se chegou. Nesta página reproduzimos palavras do sr. Franco Nogueira muito mais esclarecedoras do que os discursos demagógicos do sr. Caetano. O ministro convida o Mundo a perder as ilusões. Enquanto o fascismo português for militarmente mais forte do que os seus adversários, a política colonial portuguesa será mantida!

Franco Nogueira:

Tudo consiste em saber se somos mais fortes

"A Assembléia Geral, que há dias findou, aprovou mais uma resolução contra Portugal, condenando naturalmente a nossa política ultramarina. Repetiram-se os lugares comuns dos últimos dez ou doze anos. De destacar, todavia, o facto de os afroasiáticos haverem propositadamente usado este ano uma linguagem muito mais moderada do que em anos anteriores. Foi duplo o intuito, segundo tiveram a amabilidade de nos informar: angariar mais votos em favor da resolução e, por outro lado, dar tréguas a Portugal a fim de permitir que mais facilmente mudássemos a nossa política.

"Foi-nos indiferente o primeiro ponto. Mas, quanto ao segundo, logo a delegação portuguesa declarou que era inútil o esforço de moderação verbal: a nossa política não era função da violência ou da brandura usada pelas Nações Unidas. E é essa mesma declaração que, em nome do governo, eu agora reitero para cabal esclarecimento dos círculos afroasiáticos e todos os outros, eventualmente, interessados em assuntos portugueses: a política ultramarina portuguesa é uma política nacional: não a modificamos nem desviamos quando nos era vigorosamente hostil a pressão internacional: e mesmo que não existissem outros factores nacionais decisivos, não seria decerto esta a oportunidade de a modificar, quando a evolução dos acontecimentos nos dá razão e cria um condicionalismo progressivamente favorável. Agora, e no futuro como no passado, a nossa política só depende em última análise

da nossa vontade coesa e firme, e tudo consiste em saber se, para enfrentar os problemas, somos mais fortes ou mais tíbios que o adversário. (o grifo é nosso)

"A nossa política na África Austral tem hoje a dimensão de uma grande política de âmbito e interesse internacional; e não se nos pode pedir — nem alguém já nos pede — que passemos a praticar uma pequena política que seria de visão estreita e sem interesse, mesmo nacional, além de ignorar as nossas obrigações morais e responsabilidades históricas. Temos doravante, sim, o direito de exigir que outros cooperem na realização dessa mesma política, uma vez que lhe reconhecem interesse e valor para o Ocidente em geral. E, como lapidarmente sublinhou há pouco o senhor presidente do Conselho, não temos que copiar ou decalcar, noutras matérias como nesta, quaisquer figurinos alheios. Não temos que ser como os outros, nem que pautar os nossos princípios pelo ritmo dos outros, sejam europeus ou americanos; a definição da nossa política delimita-se exclusivamente pelos nossos interesses permanentes de Portugal, e não pensemos que os princípios alheios foram concebidos para defesa dos nossos legítimos interesses. São estas realidades que aparentemente foram esquecidas pela ONU, e por isso os afroasiáticos ingenuamente acreditaram que uma simples moderação terminológica tinha a eficácia de alterar a nossa política. Está o governo português convicto de lhes haver já dissipado essa ilusão." (o grifo é nosso).

Nolas e comentários

O Malabarista Caetano

Quarenta e três anos de fascismo deixaram marcas profundas na formação de várias gerações. Portugal isolou-se da Europa e do Mundo. Não é de estranhar assim que o próprio campo antifascista acuse as sequelas dessas quatro décadas de obscurantismo e terror policial. Salazar sabia perfeitamente que nunca se teria mantido no poder tanto tempo se os seus adversários unissem forças para o derrubar. Um dos seus maiores trunfos foi precisamente a habilidade com que manobrou para cindir o campo democrático, impedindo que os partidos, grupos e personalidades da Oposição realizassem a sua unidade em torno de uma plataforma política comum.

Marcelo Caetano, como bom discípulo, mostrou que aprendera a lição logo no discurso de posse. Dividir os adversários, através da criação de esperanças ilusórias de "liberalização", foi o seu primeiro objectivo.

Decorridos oito meses, temos de reconhecer que a sua tática continua a produzir resultados positivos para o fascismo. Nem ele próprio contaria levar tão longe a sua capacidade de mistificar. Sabia que as necessidades da implantação do salazarismo sem Salazar o obrigariam a desmascarar-se. Foi, aliás o que aconteceu. As promessas vagas do discurso de posse nunca foram cumpridas. A censura manteve-se, a vaga de reivindicações operárias esbarrou com a recusa do diálogo, facultades foram fechadas pela polícia, a miragem de "eleições livres" está-se dissipando com as declarações brutais do ministro Rapazote; e na Assembleia fascista deputados ultras desfocaram ataques furibundos contra os próprios elementos conciliadores da Oposição. Quando o País inteiro compreendeu que a guerra colonial ia ser intensificada, que não haveria qualquer amnistia e que as "eleições" seriam uma farsa, a esperança inicial começou a desvanecer-se entre as hostes conciliadoras. O assassinio de Mondlane e o encerramento da faculdade de Direito de Lisboa contribuíram para acentuar o desencanto.

Certos democratas passaram então, laboriosamente, a encontrar explicações para retirar a Caetano o crédito de confiança que lhe haviam aberto. Um coro de lamentações elevou-se do seio daqueles sectores da Oposição que se apegavam com frenesi à ideia da "liberalização".

Marcelo Caetano não é Salazar. Não se deixou impressionar pela mudança de opinião que o desfavorecia entre os adversários, nem a encarou como fenómeno de somenos importância. Reagiu como tático consumado. Aproveitou o tremor de terra para uma série de visitas que a sua propaganda explorou habilmente. Artigos, fotos nos jornais, discursos, tudo foi orientado no

sentido de apresentar à Nação a imagem de um político humanizado, sensível aos sofrimentos das massas, capaz de se misturar com o povo. O estadista que é também cidadão, que se apresenta na televisão e conversa familiarmente com o homem da rua; o político do seu tempo que atravessa o Atlântico para assistir aos funerais de Eisenhower confundido com governantes de todo o mundo. Esse o retrato forjado.

Um Tático Astucioso

Por incrível que pareça — e é triste confessá-lo — essas habilidades produziram algum efeito. Amplos sectores da classe média interrogam-se perplexos, voltam a duvidar se Marcelo não será efectivamente um "liberal" tolhido, um homem desejoso de "democratizar" o País. A dúvida, aliás, contamina também os quadros políticos mais instáveis, sempre propensos à conciliação, sempre temerosos de uma aliança com as forças populares. Em Março a campanha de propaganda montada em torno do episódio Cavandame impressionou muitos espíritos ingénus. O chefe makonde estava há muito desligado da FRELIMO, não participara do II Congresso da Frente, mantinha contactos com as autoridades coloniais há muito tempo, mas o fundamental foi esquecido e ressaltado o acessório. A notícia da "rendição" foi escondida do público durante três semanas e quando, nas vésperas da partida para África de Marcelo Caetano, foi divulgada, toda a imprensa fascista passou a apresentar o episódio como o prenúncio do fim iminente da guerra em Moçambique. Logo em Lisboa correram boatos — a PIDE sabe trabalhar — de que as guerrilhas estavam desmoralizadas, que em Angola e na Guiné milhares de combatentes se dispunham a imitar Cavandame. E logo, também, os hesitantes de todos os matizes da Oposição principiaram a perguntar se Caetano não ia alcançar aquilo que o imperialismo francês, o inglês e o norteamericano jamais conseguiram: vencer uma guerra colonial! Os jornais entoaram loas à "paz dos bravos", criaram ambiente para a visita "triumfal" de Caetano. As agências noticiosas americanas emprestaram também a sua colaboração à campanha, distribuindo por todo o mundo telegramas segundo os quais a "pacificação" nas colónias portuguesas era uma questão de tempo.

A visita do sucessor de Salazar já se realizou. E ele próprio foi informado de viva voz pelos estados-maiores locais daquilo de que estava certo: não existe a menor possibilidade de vitória militar. Mas o plano mistificador, em Portugal, funcionou. O oportunismo floresce novamente, os conciliadores retomam argumentos que haviam enterrado e a unidade, no campo antifascista, está longe de corres-

ponder às necessidades da luta. Poucos são os quadros políticos liberais que se mostram capazes de entender um facto capital: a estratégia do sr. Marcelo Caetano, como intérprete do salazarismo sem Salazar, vem sendo desenvolvida com uma coerência e uma lógica perfeitas. A execução é tão científica como a concepção. A flexibilidade, a versatilidade que confundem os opositoristas desejosos de diálogo dizem respeito aos desdobramentos táticos.

É o que, infelizmente, ainda não aprenderam muitos liberais portugueses: a estabelecer a linha divisória entre estratégia e tática. Quem muda, quem oscila, são eles e não Marcelo Caetano.

Um Oportunista Atento

Salazar gostava de adoptar atitudes de imperador romano. A África, no seu conjunto, era um continente povoado de bárbaros, com ilhotas de civilização. Nos seus delírios de ancião decadente temia uma nova invasão da Europa pelos árabes, invocava Charles Martel e a batalha de Poitiers.

Marcelo Caetano não vê a África com os mesmos olhos. O episódio Cavandame veio apenas confirmar a esperança que deposita na possibilidade de corromper certos adversários. Desde que foi nomeado, Caetano desenvolveu grandes esforços no sentido de estreitar relações com os regimes mais retrógrados e corruptos da África. Segue aliás o exemplo do seu aliado Vorster, que procura evitar atritos com Lesotho e Botswana, clientes potenciais do mercado comum da África Austral com que sonha, e fornecedores de uma força de trabalho barata para as minas do Rand. Assim, são constantes os elogios na imprensa portuguesa ao dr. Hastings Banda, chefe do Governo do Malawi, país com o qual Lisboa mantém relações extremamente cordiais. O mesmo se passa com a Suazilândia a cujo regime feudal é enaltecido em todos os tons pela propaganda fascista. Em Lourenço Marques, como em Pretória, os ministros do Malawi ou os membros da corte swazi recebem tratamento de brancos. A retribuição, claro, é um apoio ostensivo ao colonialismo português e uma aceitação discreta do "apartheid".

Dentro dessa política de conquistar países africanos vizinhos, Caetano está iniciando agora a mais ambiciosa das manobras: uma tentativa de envolvimento de Zâmbia. O primeiro ministro daquela República, que meses atrás era apresentado como um irresponsável e um bandido nas colunas do "Diário da Manhã", passou agora a receber tratamento diferente. A linguagem mudou. Segundo a própria agência ANI, o "presidente Marcelo Caetano tem demonstrado um grande desejo de normalizar as suas relações com Zâmbia". O dr. Kenneth Kaunda deixou de ser um monstro. O governo fascista português, pela primeira vez, comprometeu-se mesmo a pagar a Lusaka os prejuízos que uma incursão de tropas portuguesas em território zambiano causara àquele país. Entretanto, as autoridades de Luanda, numa

manobra de evidente chantage insinuam que se o governo de Zâmbia continuar "a auxiliar os terroristas, pode eventualmente ter de ser tomada a drástica decisão de se cortar o tráfego do cobre". O que se pretende com essas ameaças veladas e com essas tentativas de diálogo é persuadir Zâmbia a retirar as facilidades até agora concedidas aos patriotas do MPLA que operam na Frente Leste. Mas tais esforços estão fadados a um malogro idêntico aos desenvolvidos, por vias indiretas, junto dos governos de Brazaville e de Dakar. O dr. Kaunda não é um Banda qualquer e, de resto, sabe perfeitamente que as autoridades portuguesas jamais impedirão o trânsito do cobre de Zâmbia, por não terem condições para enfrentar os grandes monopólios internacionais — como o grupo Openheimer, a Societé Générale e a Tanganyika Concessions — que além de explorarem as minas zambianas e catanguenses controlam sectores fundamentais da economia angolana. Tudo leva pois a crer que o namoro ao dr. Kaunda tenha a duração das rosas de Malherbe. Voltará brevemente a receber dos pasquins fascistas o tratamento especial reservado a estadistas como os presidentes Sekou Touré e Julius Nyerere. Entretanto, no momento, o próprio governador de Angola, tenente-coronel Rebocho Vaz define-o como um "homem pacífico e um idealista".

O Recuo de Franco

Combatendo a tendência para o pessimismo reinante em determinados sectores da Oposição portuguesa em face da decretação do estado de excepção pelo caudilho Franco, "Portugal Democrático" salientou na sua edição de março que os acontecimentos verificados em Espanha não justificavam a interpretação que lhes era dada pelos liberais conciliadores e que o povo português tinha pelo contrário motivos para se regozijar com a evolução da conjuntura no país irmão.

Efectivamente o desânimo estabeleceu-se em muitos espíritos e não faltaram então democratas que apresentavam Marcelo como o mal menor, insinuando que o momento não era propício para lutas reivindicativas e greves, pois os generais ultras podiam imitar Franco e derrubar o homem do "diálogo".

Insurgindo-nos contra essas manobras capitulacionistas, saudamos nestas colunas o indomável espírito de combate do povo espanhol e demonstramos que o gesto de desespero de Franco estava destinado a uma derrota certa, pois o povo, em vez de se amedrontar, desafiava abertamente o poder do Estado fascista, de Norte a Sul do País. Não hesitamos mesmo em apontar o exemplo da Espanha como lição rica de ensinamentos para o povo português. O que se passava do outro lado da fronteira era um convite à acção contra o salazarismo sem Salazar e nunca um motivo para a inércia, uma justificativa para a capitulação diante do inimigo.

Os factos deram-nos razão. Franco não teve sequer condições para manter a medida ditada pelo desespero. Viu-se forçado a levantar o estado de

excepção no fim de Março, com um mês de antecedência sobre o prazo estipulado. De um lado, a política de endurecimento exigida por um grupo de generais e almirantes ultras criou-lhe os mais sérios embaraços internacionais, no momento em que precisava implorar aos americanos a renovação do acôrdo sobre as bases. Castiella teve de correr a Washington, à última hora, para mendigar um novo acôrdo, criticado aliás por um sector do Pentágono cada vez mais atento aos argumentos de Marcelo Caetano de que, estrategicamente, os Estados Unidos, na sua política de escalada, teriam muito mais interesse em se instalar em Cabo Verde e nos portos portugueses do Índico. Por outro lado, o estado de excepção podia arruinar a temporada turística, fonte de divisas sem a qual a Espanha entraria em imediata bancarrota. O próprio Franco encontrou a resposta decisiva, capaz de calar os seus militares ultras: o estado de excepção apenas contribuiu para desprestigiar mais o Governo junto da Nação, pois a agitação continuara nas fábricas, nas universidades, nas minas, nos campos do País Vasco e os bispos denunciavam a medida do púlpito das igrejas.

O estado de excepção foi levantado. A luta heróica do povo espanhol intensifica-se. No momento em que fechamos esta edição chegamos de Madrid a notícia de que nas ruas centrais de Barcelona milhares de trabalhadores promoveram no dia 20 de Abril uma gigantesca manifestação contra Franco, desafiando as proibições policiais. O desfile foi um convite à população para participar maciçamente do comício ilegal programado para o 1.º de Maio.

Não há forças repressivas capazes de conter o povo quando ele se apresenta unido e organizado. Os trabalhadores portugueses podem e devem seguir o exemplo dos espanhóis. A jornada do 1.º de Maio será, estamos certos, uma grande jornada de luta contra o fascismo caetanista. Em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Braga, no Barreiro, nas cidades e campos de Portugal a festa do Trabalho pode converter-se numa grande vitória popular contra o fascismo.

Livros

Os nossos leitores poderão adquirir as seguintes obras por nosso intermédio:

- Resistencia em Portugal — Dias Coelho US\$ 1,50
- Portugal e o Fim do Ultracolonialismo US\$ 1,50
- Angola Cinco Séculos de Exploração US\$ 1,50
- A Questão Agrária em Portugal A. Cunhal US\$ 5,00
- Fátima — Tomaz da Fonseca US\$ 1,00

Para tal, basta juntar ao pedido um cheque ou ordem bancária a favor de "Portugal Democrático" e no valor das obras pretendidas.

A VIAGEM DE CAETANO VISTA PELOS NOSSOS CORRESPONDENTES

Apesar de todos os esforços realizados pelo governo de Lisboa para transformar a viagem relâmpago de Marcelo Caetano às colónias num importante acontecimento internacional, esse objetivo não foi atingido. Os principais jornais dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França não publicaram os telegramas enviados pelas agências noticiosas, embora alguns deles, posteriormente, tenham comentado a visita em artigos dos seus correspondentes ou enviados especiais. Em compensação, a imprensa portuguesa, como era de esperar, consagrou páginas inteiras às andanças do sr. Marcelo Caetano e da sua numerosa comitiva. Não obstante certos jornalistas, honestamente, se terem esforçado até ao limite do possível por enviar reportagens objetivas, as matérias publicadas foram — segundo informações recebidas de Portugal — deturpadas, de modo a dar à opinião pública portuguesa a impressão falsa de uma série ininterrupta de recepções apoteóticas. Pela leitura dos jornais de Lisboa e Porto tudo correria maravilhosamente nas "provincias ultramarinas". A verdade é bem outra, segundo as informações que nos chegam dos nossos correspondentes.

Na Guiné: Medo e Desespero

BISSAU (Do Correspondente) — Quando o sr. Marcelo Caetano, discursando perante o Conselho Legislativo da Guiné declarou enfaticamente "Temos de conquistar a paz", acrescentando que essa paz era a condição essencial do progresso da "provincia", estabeleceu-se um silêncio pesado no amplo salão. Os aplausos formais com que fôra recebido no aeroporto de Bissalança não se repetiram. A maioria dos presentes era constituída de militares — na Guiné há presentemente mais de dez militares brancos para cada civil europeu — e esses homens sabiam perfeitamente que as palavras do chefe do governo se destinavam apenas a impressionar os membros da comitiva, que desconhecem a situação da colónia.

Na realidade, a visita à Guiné limitou-se a uma formalidade para uso da propaganda. O comando militar havia informado com antecedência que não podia garantir a segurança da comitiva governamental fora da ilha de Bissau. A situação piorou muito desde a visita de Américo Tomás. As forças do PAIGC controlam três quartos do território e durante a conferência que manteve com o governador e os comandantes das três armas, Caetano — segundo diziam à noite oficiais da guarnição da capital — foi informado de que a reconquista é impossível, por esbarrar com a adesão completa das populações das zonas libertadas ao trabalho desenvolvido pelo PAIGC. O brigadeiro Antonio Spínola, governador do território, teria encarado, em princípio, uma breve visita a Bolama, antiga capital, mas os oficiais do estado-maior opuseram-se, semanas atrás, alegando que a cidade já fôra bombardeada uma vez e podia sê-lo novamente, pois toda a faixa litorânea do continente fronteira à ilha se acha em poder das forças do PAIGC, que dispõem ali de modernos canhões sem recuo. Por outro lado, Caetano recebeu pormenorizadas informações sobre as últimas derrotas sofridas no Sudeste da colónia, agora totalmente evacuado pelo exercito português, após a perda de Madina, que culminou com o desastre de Corubal em que pereceram mais de 50 soldados portugueses.

A recepção noturna, no palácio do governo, decorreu em atmosfera marcial, muito pouco mundana, pois a grande maioria dos presentes eram militares.

Mais colorida, mas em franca contradição com as teses oficiais

sobre a democracia racial existente nas "provincias ultramarinas", foi a solenidade da apresentação ao sr. Marcelo Caetano dos chefes fiéis, quase todos grandes proprietários fúlas. Dir-se-ia uma cerimónia medieval. Conforme se afirmava à noite nas rodas de jornalistas, esses chefes tradicionais foram "render vassalagem" a Marcelo Caetano. Um reporter fascista, Carlos Barros Queiroz, comentava jubilosamente o fato humilhante. Como as forças regulares do PAIGC dispõem já de excelentes peças de DCA, foram tomadas precauções especiais, na manhã seguinte, para que o Boeing em que viajou para Luanda o sr. Marcelo Caetano se mantivesse numa rota segura, afastada do Continente.

Angola: Contradições e Demagogia

LUANDA (Do Correspondente) — A visita de Marcelo Caetano a Angola, dividida entre a capital e Nova Lisboa, foi realmente diferente das excursões presidenciais anteriores. Em primeiro lugar não se deslocou a cidades, como Benguela e o Lobito, onde, entre os próprios colonos brancos, a oposição ao regime é tradicional. As autoridades administrativas não esqueceram ainda a vitória que ali alcançou o general Humberto Delgado nas "eleições" de 1958. Desta vez, certamente por ordens emanadas de Lisboa, não houve a preocupação de preparar grandes concentrações de massas africanas para se prostrarem aos pés do visitante em clamores de admiração, durante festas tribais folclóricas. De um lado havia o receio de que os movimentos nacionalistas aproveitassem a oportunidade para qualquer iniciativa violenta cujo êxito, mesmo relativo, prejudicaria decisivamente os resultados propagandísticos da viagem. Por outro lado, Marcelo Caetano pretendia oferecer, da sua pessoa e dos seus métodos de governo uma imagem diversa dos "presidentes" que iam a Angola para serem glorificados por massas arrebanhadas a esmo. Os tempos mudaram.

Dos vários discursos que pronunciou em Luanda e Nova Lisboa depreende-se que visa a uma série de objetivos contraditórios entre si. Daí a fraqueza da sua retórica demagógica. Em primeiro lugar quis agradar aos colónos, dar-lhes a certeza de que não serão abandonados, de que Portugal ficará eternamente em Angola. Dentro desse propósito, teve de enfrentar a primeira contradição antagónica: a que opõe os milita-

res aos colónos. A imprensa de Luanda comenta em todos os tons o nóvum da política portuguesa no Ultramar, caracterizado por uma descentralização que aumentará progressivamente a autonomia dos órgãos locais do Poder. Os jornais não o afirmam claramente, mas deixam perceber nas entrelinhas que o fim seria o **self-government**, isto é o governo da minoria branca, vale dizer o caminho que a Rodésia trilhou. Os 400.000 brancos de Angola são dirigidos por uma cúpula racista que pensa em termos económicos, mas se exprime em termos nacionais. O exemplo de Ian Smith fascina os grandes plantadores, os homens ligados aos monopólios mineiros, os pequenos industriais e muitos pequenos brancos nascidos em Angola. Mas há um óbice... Precisam do Exército português para combater a maré do nacionalismo africano. Revoltam-se contra a burocracia de Lisboa que entrava o desenvolvimento económico da colónia, contra o controle das exportações, contra a fixação dos preços, contra um sistema cambial ruinoso para Angola, mas temem a guerrilha, desejam a presença militar portuguesa.

O Exército, pelo seu lado, encara com desconfiança essas veleidades de autonomia. Os generais e os coroneis sabem que tanto os soldados como os oficiais subalternos estão sempre desejosos de voltar a Portugal e que jamais aceitariam permanecer em Angola, como mercenários, no caso de uma secessão do tipo rodésiano. A guerra, para essas altas patentes é um negócio rendoso. E a ela que se apegam, embora tenham dito claramente a Marcelo Caetano e ao general Venancio Deslandes — durante a reunião a portas fechadas realizada no Quartel General das Forças Armadas — que essa guerra não tem fim à vista. Em Cabinda, os nacionalistas africanos atacam a partir do Congo-Brazza e não há forma de prever quando e onde. Na Frente Leste, desde o Moxico às chamadas Terras do Fim do Mundo, o M. P. L. A. implantou-se sólida em vastas solidões quase desabitadas, sem meios de comu-

nicação. Os guerrilheiros de Agostinho Neto, aí são imbatíveis e a força do movimento aumenta à medida que milhares de exilados atravessam as fronteiras de Zâmbia para se fixarem em núcleos habitacionais organizados e dirigidos pelo M. P. L. A.

Mas há mais: a 80 quilómetros de Luanda, para o Nordeste, há uma zona "apodrecida", dominada pela guerrilha. Essa região só pode ser atravessada sob escolta militar. As matas de Nambuangongo são santuários da guerrilha.

A guerra, tal como aconteceu na Argélia, provocou um boom económico. No Norte, as operações tornaram necessária a construção de uma rede de estradas asfaltadas. A presença do Exército obrigou à instalação de uma série de indústrias destinadas à produção de bens de consumo duráveis e semi-duráveis. As exportações de café elevaram-se de 140.000 toneladas em 1961-62 para 192.000 em 68. A produção de diamantes aumenta e o minério de ferro de Cassinga, explorado pelos alemães da Krupp, tornou-se o terceiro produto na lista das exportações.

Essa expansão económica gera novas tensões em vez de diminuir as existentes. Angola é mais rica, mais pujante do que a Metrópole. Os colonos sabem disso, embora só uma pequena minoria tenha a consciência de que os verdadeiros donos da colónia e das suas riquezas fabulosas são os grandes monopólios estrangeiros. Mas o povo angolano, os milhões de africanos que povoam a colónia tomam consciência, a cada dia que passa, que a terra é deles e que a razão está com os movimentos nacionalistas que se batem contra os soldados portugueses e contra os interesses estrangeiros, com os patriotas que lutam e morrem por uma Angola independente.

A nova política de Marcelo Caetano promete, nestas condições, ser uma simples mistificação. A solução está fora do seu alcance. A oratória teve para os luandenses aspectos inéditos. Mas o que dela sobra são os velhos mitos da sociedade multi-racial, a eterna hipocrisia do colonialismo. A no-

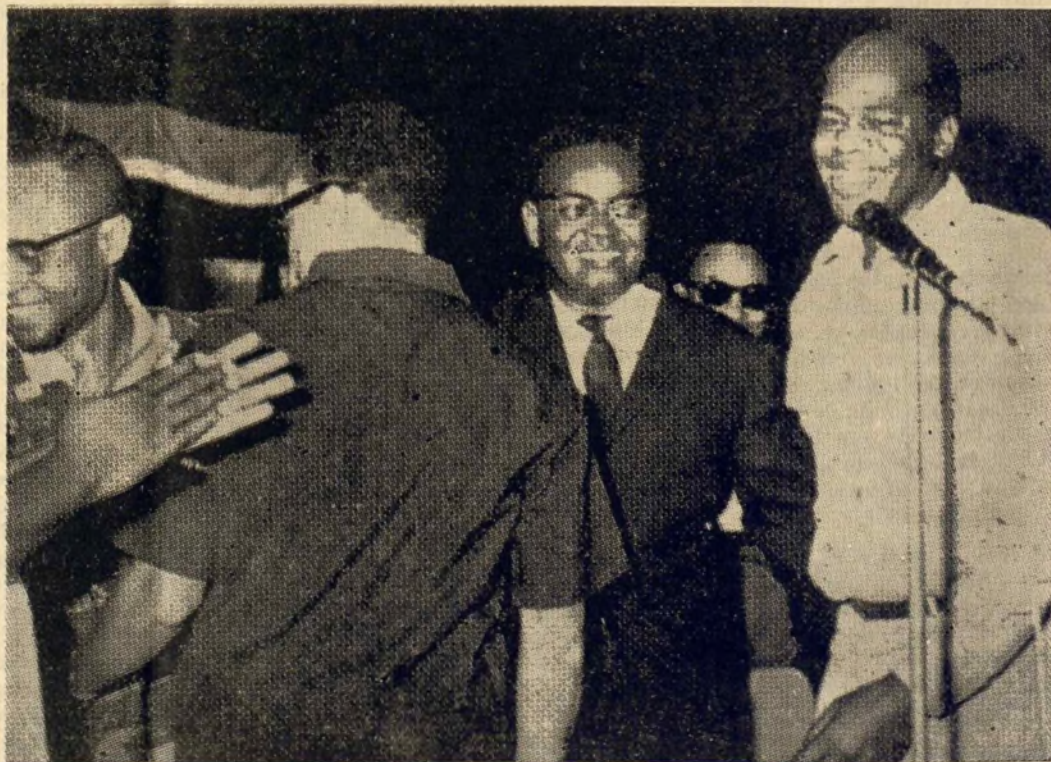
va Universidade será uma Universidade para brancos, aberta apenas a uma minoria de negros admitidos. E não será o facto de as autoridades terem recebido instruções para selecionar mais de uma dúzia de deputados "indígenas" colaboracionistas que modificará em Angola a marcha da história.

Moçambique: A paz fascista

LOURENÇO MARQUES (Do Correspondente) — Foi talvez em Moçambique que compareceu um número maior de jornalistas estrangeiros para acompanhar a visita do sr. Marcelo Caetano. A opinião pública internacional estava interessada em saber como se comportaria o chefe do governo de Lisboa numa colónia colocada ultimamente em foco primeiro pelo assassinio do presidente da FRELIMO, dr. Eduardo Mondlane, e, depois, pela especulação feita em torno da entrega às autoridades portuguesas do chefe makonde Lazaro Cavandame.

Os aspectos sociais da visita foram, como se esperava, ridículos. Segundo os jornais desta capital a recepção no aeroporto Gago Coutinho atingiu tal magnitude que "nunca se viu coisa igual em qualquer parte de Portugal". Como, entretanto, os jornais de Luanda e de Bissau já haviam dito, dias antes, a mesma coisa em relação às recepções da Guiné e de Angola, alguém mente...

O importante foram os aspectos políticos da visita. Discursando perante o Conselho Legislativo de Moçambique, o sr. Marcelo Caetano voltou a falar de Paz, tema que abordou em quase todas as suas arengas. Mas é a sua uma estranha Paz. Indirectamente, o sucessor de Salazar respondia à declaração conjunta divulgada na véspera em Lusaka, pelos representantes de 14 países africanos, exigindo para o povo de Moçambique e para os povos das demais colónias africanas de Portugal o direito à autodeterminação e à independência. Caetano não citou (Continua na pg. 6)



Uma foto histórica tirada em 1965 em Dar-es-Salaam durante a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Nela se vêem da esquerda para a direita os principais dirigentes políticos dos movimentos nacionalistas: eng. Amílcar Cabral (P.A.I.G.C.), dr. Tomas Medeiros (São Tomé), dr. Agostinho Neto (M.P.L.A.) e o então presidente da FRELIMO, dr. Eduardo Mondlane. Ao fundo vê-se o dr. Mário de Andrade, responsável pela coordenação dos trabalhos do C.O.N.C.P.

LUTAS POPULARES

Milhares de Trabalhadores Desafiam o Regime em todo o País

O povo português continua pondo à prova diariamente a demagogia do governo que succedeu ao de Salazar. A melhor prova de que em Portugal ninguém acredita nas promessas que Marcelo Caetano faz na televisão, está na luta redobrada que os trabalhadores travam por melhores condições de vida, tentando alcançar aquele nível europeu de salários que Salazar, e agora Caetano, sempre lhe recusaram. Segundo notícias dos nossos correspondentes são estas as últimas manifestações da capacidade reivindicativa do nosso povo.

DEZENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES EM LUTA

Excluindo a luta dos ferroviários e a Carris, calcula-se em 20.000 o número de trabalhadores que em Lisboa se envolveram em luta por melhores condições de vida no primeiro trimestre. Isto toca de perto umas 100.000 pessoas se considerarmos as famílias desses trabalhadores.

Além dos carteiros, enfermeiros e empregados de limpeza da CML, operários de 15 empresas, de importância razoável quase todas, elevaram o nível das lutas que vinham travando.

Conhecem-se 10 paralizações, algumas de dias, 6 casos de trabalho lento, 2 concentrações, 1 caso de luto, 2 recusas em fazer serões, 2 abaixo-assinados, invertendo-se abruptamente as formas de luta escolhidas de abaixo-assinados e concentrações para paralizações e cêra. Surge com certa insistência a luta pelo 7.º dia. Conhecem-se 5 vitórias totais ou parciais e, exceptuando a Portugal e Colónias e mais uma ou outra, a firmeza dos trabalhadores força o patronato à negociação.

Há pelo menos 13 prisões no decorrer das lutas.

De repente, começou a falar-se nestas lutas um pouco por toda a parte. Há entusiasmo, e a idéia da paralização, como forma de luta, ganha rapidamente os trabalhadores.

O governo não ficou inactivo e certamente já esperava a ofensiva. A presença da PIDE fez-se sentir numa forma ou doutra junto dos operários em luta. Por outro lado e encarando a questão de forma mais habilidosa, o governo encarregou o Ministério das Corporações de realizar um inquérito nas principais empresas para averiguar do ambiente e reivindicações possíveis, conduzindo as coisas de modo a que o patronato atenda algumas delas. O inquérito está a ser feito junto das administrações das empresas, sendo ouvido um ou outro operário. Simultaneamente o Governo sugere ao patronato a criação de comissões de em-

presa para ligação entre a administração e os trabalhadores, manipulando as eleições, dos elementos que as compõem, como já se fez em algumas empresas, e transformando de facto estas comissões num instrumento dócil ao serviço do patronato contra os trabalhadores.

REAÇÃO AO AUMENTO DE BONDES E ONIBUS

A população lisboeta reagiu indignada ao aumento brutal das tarifas de eléctricos e autocarros que, devido ao escandaloso encurtamento das zonas (algumas chegam a ter 600 metros entre si), elevou os preços para o dobro em muitas carreiras. Nos primeiros dias de Janeiro houve protestos generalizados, recusa de pagar às novas tarifas e gritos de incitamento para que se derrubem os autocarros. Em certas zonas da cidade parece que a forma mais geral de protesto é andar-se a pé até locais a partir dos quais o preço corresponda á antiga tarifa.

MOVIMENTOS POR AUMENTO DE SALÁRIOS

TAP — Portela de Sacavém
Nos primeiros dias de Janeiro os mecânicos de terra, desta companhia, enviaram á administração da empresa, pelo correio, um abaixo-assinado com 673 assinaturas, exigindo aumento de salário, novas formas de escalamento que permitam promoções mais rápidas, redução do trabalho semanal de 48 para 40 horas. Estes mecânicos, operários altamente especializados e com grande responsabilidade, ganham inicialmente 3.600 escudos, sendo aumentados 100 escudos por ano se não tiverem qualquer castigo. Passam ao escalão seguinte de 5 em 5 anos, se ficarem bem no concurso. As assinaturas obtidas correspondem a cerca de 85% dos mecânicos de terra.

Companhia Nacional de Electricidade — Moscavide

Recentemente, um abaixo-assinado foi dirigido á administração, exigindo aumento de salários, entre outras reivindicações. Esperava-se obter cerca de 3.000 assinaturas. Um dos argumentos salientes no abaixo-assinado referia-se ao brutal aumento do custo da electricidade nos últimos 4 anos, sem comparação com os aumentos de salário registados na empresa no mesmo espaço de tempo.

PARRY & SON

Também nesta empresa de construção naval os trabalhadores se movimentam. Ao constar que ia haver aumento noutra empresa similar, a LISNAVE, o pessoal da Parry & Son pediu igualmente alta de salários. Como esta foi re-

cusada, os operários que trabalhavam no Alfeite, numa importante empreitada de barcos de guerra, deixaram de fazer serões. O diretor, então recebeu uma comissão de operários, á qual prometeu um aumento geral de 8 escudos por dia, precisando porém primeiro fazer uma exposição ao Ministro da Marinha dando conhecimento do aumento, pois a empreitada fora concedida na base dos salários actuais. O pessoal voltou a fazer serões. Entretanto, os operários de Lisboa, ao terem conhecimento da luta dos seus colegas da Margem Sul, deixaram de fazer serões e exigiram também aumento de salários. Cerca de 750 cercaram o administrador Vasco de Mello e exigiram um aumento de 12%. O administrador acabou por receber uma numerosa comissão, com a qual discutiu a reivindicação dos trabalhadores. No decorrer da concentração, um funcionario tentou recorrer á policia interna, mantida pela empresa, mas não conseguiu que esta interviesse devido á firmeza dos operários.

CARTEIROS DE LISBOA

Durante o primeiro trimestre deste ano, estes trabalhadores fizeram no mesmo dia duas concentrações no Terreiro do Paço, uma ao meio-dia, outra ás 18 horas. Protestavam contra o aumento de trabalho e os baixos salários. A policia móvel afastou-os — incluindo as delegações formadas — para o centro do Terreiro do Paço, tendo os carteiros resistido, lutando.

CABOS ÁVILA

Mais de 500 operários desta fabrica de artigos electricos suspenderam o trabalho durante pelo menos um dia, depois de estarem três dias em regime de trabalho lento. Os operários exigiam 20 escudos diários de aumento para os homens, e 10 escudos para as mulheres. Depois desta pequena greve, os patrões cederam parcialmente: os trabalhadores regressaram ao serviço após conseguirem 10 escudos para as mulheres e 12 a 15 para os homens. Fato curioso que revela o estado de espirito da parte do patronato: a PIDE foi chamada a intervir, mas os directores da fabrica, com receio de maiores complicações, solicitaram que ela se afastasse, preferindo tratar o problema directamente com os trabalhadores.

FABRICA COMETINA (ALFREDO ALVES)

Parou recentemente toda a secção de rebarbação (mais de 100 operários), o que implica na suspensão total do processo de fabrico, havendo igualmente a ameaça de paralização de outras secções. Um dos objetivos da luta é o aumento de salários.

LISNAVE

Nesta empresa de construção naval, concorrente da Parry & Son, os operários apresentaram-se ao trabalho com os bolsos de fora, para mostrar a falta de dinheiro com que lutam, e de braçadeira preta. Esta manifestação simbólica, segundo consta, é o aviso de que vai haver paralização de trabalho. Pretendendo evitar esta eventualidade, a Policia política montou um forte dispositivo repressivo, que se acha pronto a intervir.

PORTUGAL E COLÓNIAS

As coisas começaram a complicar-se em Novembro e Dezembro, quando a direcção retirou aos operários o prémio de 8 escudos. Como reacção, os operários recusaram fazer serões. Acrescenta-se que a fabrica, que trabalhava em turnos de 8 horas, teria passado a dois turnos de 12 horas, sem aumento de pessoal, e que em vez de aumento de salário o patronato lhes oferecera 4 horas diárias de serão.

Na semana de 19/26 de Janeiro e após entrada de novas máquinas de ensacar e que aumentam brutalmente a produção sem que daí resultem vantagens materiais para os trabalhadores, estes desligaram-nas de maneira a perderem-se grandes quantidades de farinha que se espalhou pelo chão. Em resultado disso, as máquinas foram retiradas e foram chamadas forças do Exército para forçar os operários a trabalhar, não o conseguindo. A 23 de Janeiro houve suspensão de trabalho durante uma tarde para, entre outras coisas, exigir a readmissão de 7 companheiros despedidos em consequência da sua acção na fase aguda do trabalho lento. A 8 de Fevereiro os valentes operários desta empresa continuavam em trabalho lento, e os distribuidores em greve.

A situação é tal que a Manutenção Militar, em Cabo Riuvo, foi reforçada com mais pessoal tendo os seus operários sido mobilizados, para que se garanta o fornecimento de farinha á cidade.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE DIAMANTES

Os operários iniciaram recentemente uma paralização de trabalho a partir da hora de entrada. Retomaram o trabalho á medida que as secções iam sendo ouvidas nas suas pretensões. A luta é por aumentos.

Cada secção fez-se apresentar por uma comissão. Pretende-se que os operários de 3.000 passem para 3.600 escudos; que os de 3.600 passem para 4.000. Os de 4.000, que têm um prémio de 700 escudos, passarão para 4.500 e o prémio para 300.

MALHAS BARROS, EM CABO RUIVO

A 3 de Fevereiro iniciou-se uma fase de trabalho lento. No dia 6 á noite aparece a PIDE, a qual, vendo o ambiente tão tenso, teve que se retirar. Voltou depois com a PSP em grande força e entrou nas secções mais activistas dizendo que quem não estivesse a trabalhar devia abandonar o local de trabalho, o que ninguém fez. A policia, então, obrigou todo o pessoal a sair. Na manhã seguinte apareceu de novo a PSP com um oficial á paisana. O trabalho lento continuava, uma secção paralizou. Cerca de 20% do pessoal foi mandado abandonar as instalações.

O patrão diz que não cede, a menos que os operários aumentem o rendimento. (Eis aqui um dos que entendeu o discurso do Marcelo Caetano em Janeiro na televisão). Esta é das lutas que tem causado espanto a muito boa gente face á firmeza e unidade dos operários, que em número de 800 têm resistido a todas as pressões.

PESSOAL DE LIMPEZA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Os empregados da C.M.L. iniciaram nos primeiros dias de Fevereiro um período de trabalho lento que se manteve no dia 8. Querem aumento igual ao que tiveram os trabalhadores da limpeza que trabalham por conta do Alves Ribeiro. Tem-se assistido a discussões em público entre encarregados e trabalhadores. Há zonas de Lisboa onde a limpeza está a ser feita ás 15 horas, contra o que era habitual.

UTIC — CABO RUIVO

Nos primeiros dias de Fevereiro houve uma suspensão de trabalho durante 2 horas, obtendo-se o pagamento do 7.º dia. A Pide apareceu, mas a sua presença foi dispensada pelo patronato.

Mais tarde, os operários pararam durante 3 dias exigindo pagamento mensal, com todas as regalias dos mensais e um aumento diário de 20 escudos. Depois de chegar a acôrdo com a administração recommençaram o trabalho, suspendendo-o de novo ao saber que 6 colegas tinham sido presos. Após a libertação e reintegração dos colegas, o trabalho foi retomado.

MILHARES DE PESCADORES EM GREVE

Os pescadores do bacalhau, uma das categorias mais exploradas pelos tubarões fascistas, capitaneados pelo conhecido "ultra" almirante Tenreiro, declararam-se em greve. Reclamam um aumento de 20% sobre o total da matricula (Esc. 7.200) e maior percentagem sobre o valor do pescado.

(Continua na pg. 7)

Pela amnistia e contra a repressão

Afonso Gregório em liberdade

Um novo e grande sucesso acaba de ser alcançado pelo movimento nacional e internacional a favor da libertação dos presos políticos portugueses: Afonso Gregório, o mais antigo prisioneiro que se encontrava nas masmorras fascistas, já está em liberdade!

A libertação de Afonso Gregório e de José Bernardino, noticiada em nossa última edição, verifica-se em seguida a uma intensa campanha pela amnistia conduzida internamente pelos familiares dos presos e pelos democratas de todas as tendências, apoiada, externamente, por milhões de homens e mulheres progressistas de todo o mundo. Trata-se, portanto, de uma importante vitória do movimento nacional anti-fascista e da solidariedade internacional, como o foram, anteriormente, a conquista da liberdade para Sofia Ferreira, Maria Alda Nogueira, Lígia Calapez e outros destacados anti-fascistas recentemente libertados.

Afonso Gregório sai das cadeias fascistas, após 10 anos de cativeiro, gravemente enfermo, praticamente inutilizado. Porém, o seu exemplo de combatividade e a vitória alcançada sobre o inimigo

que durante tantos anos o torturou, constituem uma lição e um encorajamento à luta pela libertação de outros presos políticos.

Homens como Joaquim Pires Jorge e José Carlos gravemente doentes; mulheres como Fernanda Paiva Tomás, que já cumpriu a pena a que foi condenada e continua presa e outros anti-fascistas com longos anos de prisão como Otávio Pato, Blanqui Teixeira, Dias Lourenço, Carlos Costa, Manuel Serra, Rogério de Carvalho, Veiga de Oliveira, Guilherme de Carvalho e dezenas de outros patriotas detidos nas sinistras fortalezas de Peniche e de Caxias, devem e podem ser libertados.

"Portugal Democrático" que desde o primeiro número tem dado todo o apoio à campanha pela amnistia e vem denunciando, sistematicamente, as violências da repressão fascista, ao mesmo tempo que se regosija com a libertação de Afonso Gregório, renova o seu apelo a todos os portugueses honrados e à opinião pública mundial no sentido de participarem e intensificarem a campanha pela libertação de todos os presos políticos.

Franco responsabilizado pela entrega de Cruzeiro à PIDE

Publicamos abaixo o texto da carta que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa dirigiu ao general Francisco Franco, responsabilizando-o pela decisão tomada pela justiça espanhola de entregar Eduardo Cruzeiro à PIDE:

Excelentíssimo Senhor:

Pelos telegramas das agências noticiosas internacionais publicados pela imprensa brasileira, os portugueses residentes neste país tomaram conhecimento de que um Tribunal espanhol decidiu atender o pedido de extradição formulado pelas autoridades de Lisboa contra o nosso compatriota Eduardo Cruzeiro.

Esse gesto do Poder Judiciário Espanhol causou a mais viva indignação entre os democratas portugueses do Brasil, pois Eduardo Cruzeiro é um militante antifascista que abandonou o Exército por se negar a participar de uma guerra que considerava e considera incompatível com os interesses do povo português. Não cometeu qualquer crime de delito comum e a sua patriótica atitude merece a solidariedade de todos os homens livres que condenam o

fascismo e o colonialismo. Em contrapartida, o Tribunal espanhol que assumiu a responsabilidade de o entregar à Polícia Política Portuguesa violou frontalmente o espírito e a letra da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nomeadamente os itens 1 e 2 do Art. XI e o item 1 do Art. XIV.

Ao protestar veementemente junto de V. Exa. contra essa sentença que vem confirmar a íntima solidariedade existente entre os regimes fascistas de Espanha e Portugal, a Unidade Democrática Portuguesa, interpretando os sentimentos de milhares de democratas portugueses do Brasil, responsabiliza diretamente a sua pessoa pelo que possa acontecer a Eduardo Cruzeiro, cuja vida, nas mãos da Polícia Política Portuguesa, estará ameaçada.

São Paulo, 22 de abril de 1969.

A Comissão Executiva da
U. D. P.

Repressão Atinge o Clero

Ainda não cessou a perseguição aos elementos católicos que participaram da "Vigília pela Paz", na

noite de 31 de dezembro. Vários foram chamados à PIDE e interrogados, entre eles o Padre Luis Mota que foi objeto da mesma linguagem soez que é habitual nos elementos daquela instituição.

Outro padre, um dominicano holandês que também tomou parte na vigília, foi detido na fronteira quando regressava dum visita à Holanda. Perguntado se preferia regressar imediatamente ao seu país ou permanecer em Portugal, e respondendo que desejava ficar, foi levado sob prisão à sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso. Ai, após ser revistado, perguntaram-lhe qual a fronteira por onde desejava sair do país. Escolheu a fronteira de Badajoz, para onde foi levado. Entretanto, em vez de regressar à Holanda, o sacerdote instalou-se em Badajoz, de onde passou a enviar dezenas de cartas a membros do governo, ao diretor da PIDE, a eclesiásticos e amigos, protestando e divulgando o episódio que o envolveu, numa atitude de luta que merece ser destacada. Nas cartas de protesto salienta que, se tiver de regressar à Holanda, não poderá evitar que a imprensa e a TV daquele país se ocupem do seu caso...

A VIAGEM DE CAETANO

(Cont. da pág. 4)

ninguém. Foi propositadamente ambíguo. Mas, em vez de falar de guerra falou de paz, de liberdade, de concórdia, de entendimento entre os homens, de compreensão para as legítimas aspirações ao progresso e à cultura dos portugueses de todas as etnias. Não quis fechar a porta, brutalmente, como Salazar. O resultado foi o mesmo. Houve um ponto em que foi peremptório: Portugal (leia-se o fascismo português) não mudará a sua política africana no que ela tem de essencial, isto é a tese da integração, segundo a qual as colônias são "provincias" que fazem parte da Nação portuguesa. Nas entrelinhas deixou transparecer o carácter ambicioso daquilo a que Franco Nogueira chama uma "grande política". Falou de Cabra Bassa, a barragem cuja construção foi planejada para permitir a fixação de um milhão de colônos portugueses que tornariam Moçambique uma nova África do Sul e passariam a constituir no Zambeze a fronteira entre a África Branca e a África dos Bantus-

tans vassalos. Só não disse, claro, que, embora o gigantesco empreendimento seja financiado por um poderoso consórcio internacional — de que participam capitais americanos, ingleses, sul-africanos e franceses — o acórdio final para o início dos trabalhos está sendo adiado devido ao temor causado pela presença de guerrilheiros da FRELIMO nas margens do Zambeze.

Do episódio Cavandame também se falou muito nos discursos oficiais. Mas com certa cautela, pois os slogans relativos "à paz dos bravos" despertam sorrisos entre os próprios colonos brancos. Na Beira, especialmente, sabe-se que a versão oficial é um amontoado de mentiras. Aliás, numa conferência de imprensa dada em Porto Amélia, o próprio Cavandame cometeu vários erros, por não saber repetir o recado que lhe haviam encomendado. Confessou, por exemplo, que estava afastado há muitos meses da FRELIMO, não havendo sequer assistido ao II Congresso que se realizou em Moçambique no ano passado. Desde então achava-se fixado em Mtwara, longe de tudo o que se referia à guerra. Não se percebe assim como a sua entrega às autoridades portuguesas possa ter representado um rude golpe para a FRELIMO. Nada, nos comunicados militares portugueses, nos últimos meses do ano passado deixara entrever uma diminuição da luta, apesar de Cavandame dela não participar. De resto, a rendição, previamente combinada, verificou-se no dia 16 de março, embora a divulgação da notícia tenha sido atrasada, a fim de chamar a atenção para a viagem do sr. Marcelo Caetano. Quanto às informações fantasistas de que 60.000 guerrilheiros makondes se teriam rendido, transmitidas pela agência United Press, são objecto de várias anedotas na cidade da Beira. Na realidade Cavandame, ao apresentar-se no posto administrativo de Nangade, vinha apenas acompanhado do seu secretário Atanásio Afonso e de meia dúzia de elementos. Os outros, uns quarenta, segundo declarou, ficaram na fronteira, detidos pelas autoridades de Tanzânia. Marcelo Caetano ouviu a esse respeito a verdade da boca do comandante militar, na reunião secreta que manteve com ele e a que assistiram o governador Baltazar Rebelo de Sousa, o general Venancio Deslandes e o ministro Silva Cunha, bem como altas patentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O comunicado do mês de março, distribuído nas vésperas da visita, pelo gabinete militar do comando chefe das Forças Armadas foi um balde de água fria nos entusiasmos apressados daqueles que já entreviam a vitória contra a FRELIMO. Vale a pena transcrever um parágrafo desse elíptico documento, relativo às repercussões do apelo à rendição de Cavandame: "Apresentaram-se às nossas autoridades 370 elementos e, durante as operações em curso foram recuperados 1348 elementos, o que perfaz o total de 718 elementos da população". E de salientar que não se alude a combatentes, nem a guerrilheiros, utilizando-se a expressão ambígua de "elementos da população".

O alto comando confessa, aliás, que em março se registrou "notável incremento das operações das Forças Armadas no Niassa Ocidental" e que foram desencadeadas nove operações especiais: "Lobos", "Centuriões 41", "Cavalo Branco", "Falcão Trovador", "Poldro", "Mucem", "Pacaça", "Barba Ruiva" e "Vulcão". Eis a imagem da Paz, em Moçambique!

COMO SE FAZ POR QUE SE FAZ POR QUE SE RASGA UMA CONSTITUIÇÃO



Na esteira de crises, golpes e revoluções, o Brasil viveu, nos últimos 30 anos, sob o império de 5 Constituições que alteraram profundamente sua fisionomia política.

1934 - A CONSTITUINTE

é a história de uma delas. Livro curiosíssimo, de impressionante atualidade, revela em pormenores os choques, as pressões e os interesses que determinam a vida e a morte de uma Constituição. Desvenda segredos políticos até então impenetráveis e documentos que respondem a muitas interrogações sobre a história do Brasil contemporâneo.

1934 - A CONSTITUINTE

de HÉLIO SILVA

(mais um volume da série
O CICLO DE VARGAS)

Preço: NCr\$ 20,00



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rua 7 de Setembro, 97 - GB — Rua Aurora, 704 - S. Paulo
R. Barra Funda, 34 - S. Paulo — Loja 4 do S.C.L. - S.Q. 309 - Brasília

Atende-se a pedidos pelo Reembolso Postal.

PEQUENAS NOTÍCIAS

* Os três soldados portugueses que o PAIGC liberou em Dezembro, entregando-os em Dakar à Cruz Vermelha Internacional voltaram a Lisboa, mas o Serviço de Informação das Forças Armadas escondeu a verdade ao povo. Num comunicado especial, as autoridades militares limitaram-se a dizer que os três soldados, considerados desaparecidos, "já se encontram em território nacional".

* Portugal vai importar este ano quantidades muito maiores de trigo em consequência da desastrosa política agrícola do Governo.

* O actual ministro das Finanças e da Economia, sr. Dias Rosas, é considerado como elemento da confiança incondicional do sr. Marcelo Caetano.

* Segundo o comando militar português de Luanda, as tropas portuguesas sofreram onze baixas em combate no Norte de Angola, entre 16 e 22 de março. Em Moçambique, morreram sete soldados no mesmo período.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO

SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

O "Diálogo" de Caetano

Lisboa (Do Correspondente) — No passado dia 19 de março deveria ter-se realizado, na Sociedade Nacional de Belas Artes, um colóquio organizado pelo Centro Nacional de Cultura. Responderiam a questões postas pelo público, sobre "perspectivas políticas", os drs. Jorge Sampaio, Sottomayor Cardia, e Mário Soares. Nesse mesmo dia da parte da manhã o Ministro da Educação Nacional impede a realização do colóquio, ameaçando demitir a direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes. Na hora marcada para o início do Colóquio os organizadores comunicaram ter realizado uma dúzia de tentativas para alugar uma sala. Sucessivamente, os Hoteis Ritz e Tivoli, e a Voz do Operário, rejeitaram o pedido com receio das conseqüências. A última hora, foi decidido realizar o Colóquio numa tipografia da Avenida do Brasil, cedida pelo proprietário. Na sala couberam apenas cerca de 150 pessoas, ficando na rua, sem lugar, um número equivalente. Dada a hora tardia a que começou, cerca das 22,30 horas, e pelo facto de ter de terminar à meia-noite, o Colóquio ficou a meio. Assim, no final foi decidido que no dia seguinte às 21,30 horas, na Sociedade Nacional de Belas Artes se informaria onde prosseguiria o Colóquio. A saída, à meia-noite, surgiu a policia, que

dispersou uma manifestação já no Campo Grande. No dia seguinte, como ficara estabelecido, uma multidão surge à hora marcada em frente à Sociedade Nacional de Belas Artes, para saber o local em que continuaria o Colóquio. Mais uma vez os organizadores não conseguem uma sala. E quando esta informação era prestada surge a policia de choque, tendo o chefe declarado que o Sr. Governador Civil tinha proibido o Colóquio, ao que alguém retorquiu perguntando quem era o Sr. Governador Civil. Entretanto, a policia de choque cerca as centenas de pessoas que ali se tinham concentrado e carrega violentamente. Vários feridos, e algumas prisões se registraram. Entre os espancados está a correspondente do New-York Times em Lisboa. Uma vez libertos do cerco da policia, os democratas romperam em manifestações pelas ruas do centro de Lisboa: Rosa Araújo, Brancamp, Alexandre Herculano, Avenida da Liberdade. Estas manifestações deram luta com a policia, tendo os manifestantes pedras como armas. Na Avenida da Liberdade foi estilhaçado o vidro da frente de um carro da policia. Soube-se depois que o proprietário da tipografia onde na véspera se tinha realizado metade do Colóquio, fora preso pela P. I. D. E.

A U.D.P. e o Episódio da Rendição de Cavandame

Publicamos abaixo o comunicado que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa distribuiu à imprensa brasileira e internacional sobre a entrega às autoridades coloniais de Moçambique do chefe makonde Lázaro Cavandame:

"Nos últimos dias, algumas agências noticiosas internacionais vêm distribuindo informações largamente divulgadas pela imprensa brasileira sobre a evolução dos acontecimentos em Moçambique, chegando à afirmação ridícula de que 60.000 guerrilheiros se teriam rendido naquela colonia ao exército português. Por outro lado, correspondentes de imprensa reconhecidamente a serviço do colonialismo português procuram apresentar a rendição do chefe makonde Lázaro Cavandame como uma grave derrota militar da FRELIMO e como uma vitória política decisiva do Governo de Lisboa.

No intuito de esclarecer a opinião pública brasileira, a Unidade Democrática Portuguesa, que acompanha de perto a situação, por ela afetar diretamente o povo português, chama a atenção para os seguintes fatos:

- 1) A FRELIMO, segundo declarações dos seus próprios dirigentes, nunca manteve mais de 8.000 guerrilheiros em operações.
- 2) A direcção das operações militares em todas as frentes de Moçambique cabe desde longa data ao comandante Samora Machel. Lázaro Cavandame achava-se há quase três meses suspenso das suas funções na FRELIMO, acusado de exercer actividades incompatíveis com os objetivos da Frente.
- 3) As próprias autoridades portuguesas, em notas oficiais, tornadas públicas em Lisboa e Lourenço Marques no dia 6 do corrente, reduziram de 60.000 para 718 o número de elementos — todos da minoria makonde — que se teriam entregado com Cavandame ao exército português.
- 4) Assim, inverdades divulgadas por agências noticiosas e por certos correspondentes estrangeiros inserem-se numa envolvente campanha de propaganda desencadeada pelo fascismo português no momento em que o sr. Marcelo Caetano vai realizar uma viagem relâmpago de uma semana às colónias. Essa visita é mais um elo na escalada bélica em Africa, condenada pela esmagadora maioria do povo português.
- 5) A internacionalização das três guerras coloniais — Guiné, Angola e Moçambique — é um dos objetivos do sr. Marcelo Caetano

que vem dirigindo prementes apelos aos Estados Unidos no sentido de obter o seu apoio para a instalação de uma base aéreo-naval da NATO nas ilhas de Cabo Verde.

6) Com o embarque, iminente, para a Guiné, de mais 10.000 homens, os efetivos portugueses em Africa elevar-se-ão para 150.000, o que confere a Portugal o segundo índice de militarização do mundo.

7) O assassinio do Dr. Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO, e do comandante Kantombe, bem como a capitulação de Cavandame, não podem ser encarados como acontecimentos isolados, pois são etapas de um plano ambicioso (exposto na edição de Novembro do jornal "Le Monde Diplomatique", de Paris) que liga a sorte do fascismo e do colonialismo português à sobrevivência da República escravagista da Africa do Sul. Nesta conformidade, a UDP, denuncia a exploração feita em torno do episódio Cavandame, até porque a guerra colonial, que absorve 50% do orçamento nacional, continua, cada vez mais mortífera, frustrando os anseios de paz do povo português".

São Paulo, 9 de Abril de 1969
A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa.

Pescadores em Greve

(Continuação da pág. 5)

Perante a unidade e firmeza dos milhares de pescadores, do Minho ao Algarve, que se recusam a embarcar, os armadores mostraram-se dispostos a conceder um aumento de 10%, o que foi recusado pelos pescadores. Segundo consta, as tripulações de alguns arrastões que haviam partido para o mar, antes de ter sido desencadeado o movimento grevista, estão pressionando os arrais para regressarem aos portos de origem.

Recebemos também noticia de que se desenvolve uma ampla luta dos pescadores de Matosinhos e de toda a costa norte de Portugal por uma das reivindicações mais sentidas: o direito à retirada de 3 quilos de peixe para a caldeirada. No momento de fecharmos esta edição, não conhecemos ainda o resultado desta luta. Porém, segundo os nossos correspondentes, é eminente a decretação da greve.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

Guiné

Prosseguindo na sua ofensiva ininterrupta, as forças do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde alcançaram importantes vitórias no mês de Março.

Na Frente Sul, uma unidade de artilharia do exercito regular atingiu e meteu a pique no dia 12 duas vedetas da marinha portuguesa no rio Buba. Essa vitória que confirmou o controle das forças do PAIG sobre o Buba, tornou ainda mais difícil a situação da guarnição do campo entrincheirado do mesmo nome. Por outro lado, no dia 2 outra unidade da marinha de guerra portuguesa afundou-se, depois de haver batido numa mina, no rio Cobade.

No dia 7, durante uma incursão de tropas transportadas em helicopteros, na região de Quetafine, que tinha por objetivo destruir os arrozais de Cassumba e aterrorizar as populações das áreas libertadas, as forças colonialistas, encontraram viva resistência, retirando-se com seis mortos e vários feridos. Durante o bombardeamento aéreo que precedeu a chegada dos helicopteros, a DCA do PAIGC atingiu um avião de reconhecimento e abateu um bombardeiro FIAT 91.

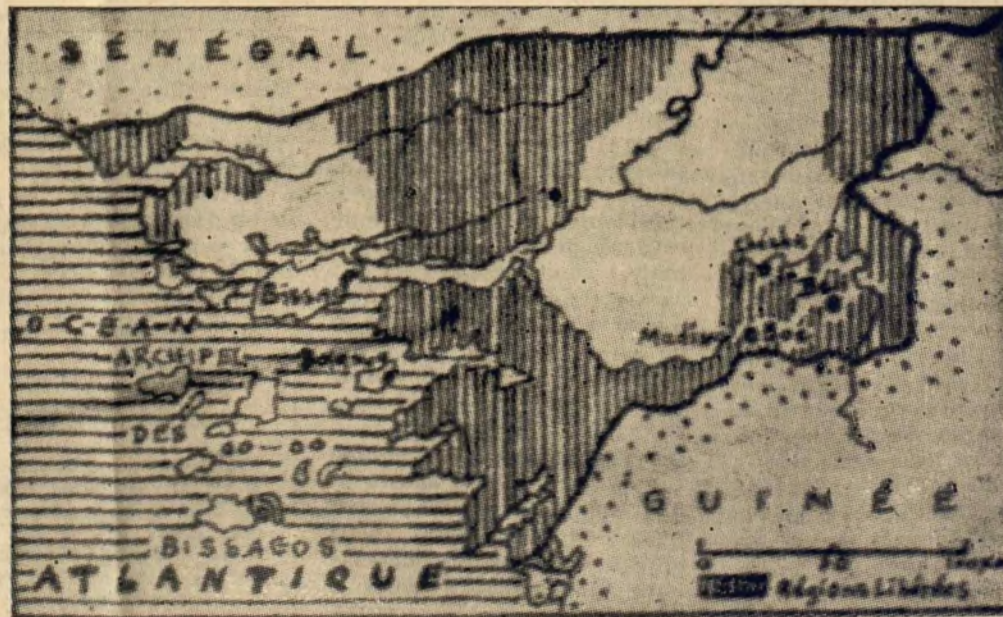
Na primeira quinzena do mês, as forças nacionalistas

desencadearam 12 ataques contra os últimos campos entrincheirados portugueses na frente Sul: Guiledje, Ganturê, Gantongo, Fulacunda, Kebo, Tite, Catió e Jabadá.

Na Frente Norte, unidades colonialistas realizaram no dia 8 uma incursão na zona de São Vicente. A resistência foi tão viva que a unidade portuguesa teve de pedir o auxílio imediato da aviação para poder retirar-se. No decurso do combate travado perderam cinco soldados portugueses.

Uma das iniciativas do PAIGC que maior repercussão alcançou, contribuindo para baixar ainda mais o moral das guarnições do Interior, foi o bombardeamento de Mansoa, realizado no dia 26 de Fevereiro. O ataque, efetuado com morteiros, durante a noite, colheu de surpresa os defensores. Os prejuizos materiais foram muito elevados.

Na Frente Leste, no dia 3 de março, foi desfechada uma ação contra o posto de Facelima, na estrada que liga o campo entrincheirado de Pitche à cidade de Gabu. O comandante do posto teve de solicitar reforços ao campo de Oco para evitar a perda das instalações. Durante o combate morreram cinco soldados portugueses.



O mapa que acima publicamos (a tracejado as zonas libertadas) mostra a situação actual da luta na Guiné. Com a tomada de Madina, no Sudeste, as forças do PAIGC completaram a libertação total da região do Boé, cuja superfície é de 3.500 km² e dispõe de ricas jazidas de bauxite.

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

R. DE JANEIRO: Praça Flo-
riano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernan-
des e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —
Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —
Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin — 10 Fentiman
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guer-
reiro — 107, rue Valaander-
enstraat — Valaanderstraat
— Vilyeede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat 13 — Amster-
dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association 357½
College St Box 153 Station
B — Toronto 2 B — Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Por-
tuguesa del Uruguay Casilla de
Correo n.º 2.128 — Distrito 5 —

Montevideu

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro — Postovní Urad/Indriska UL
C.14 Schránka 646 — Praha 1
Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de
Portugal Democráticos — 2, Place Fran-
çois Villon — Escalier E — La Cour-
veneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 —
5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933
— São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NC:\$ 0,30
Assinatura anual NC:\$ 5,00

ANO XII — N. 139 — ABRIL 1969

Os artigos assinados traduzem apenas
a opinião de seus autores, sendo por
conseqüente de sua exclusiva
responsabilidade.

Ultima Hora

Davidson esclarece o episódio Cavandame

Publicamos abaixo a íntegra da carta que o grande escritor e jornalista inglês Basil Davidson enviou ao jornal "The Guardian", de Manchester, e que foi divulgada pelo importante matutino britânico na sua edição de 7 de Abril p.p., documento que pulveriza as inverdades espalhadas pela propaganda fascista portuguesa e por certas agências noticiosas a respeito da rendição do chefe makonde Lazaro Cavandame. Em carta dirigida ao Conselho de Redacção de "Portugal Democrático", o autor de "The African Awakening" autoriza-nos a informar os nossos leitores de que a expulsão de Cavandame da FRELIMO se verificou em Janeiro. Basil Davidson, possui cópia da missiva que em 10 de Janeiro Mondlane remetera a Cavandame, comunicando-lhe a sua expulsão da Frente. São desse documento as palavras que reproduzimos textualmente: "Seus actos durante os últimos seis meses, os quais culminaram com o assassinio do companheiro Kankhoma — um comandante militar de Cabo Delgado — convenceram-me e a todos os colegas da Comissão Executiva que, por uma razão ou outra, Mzee Lazaro Cavandame se transformou num inimigo da FRELIMO". Essa cópia, infelizmente, não havia ainda chegado às mãos de Davidson, quando escreveu a "The Guardian".

A VERDADE

O texto publicado pelo jornal inglês, sob o título "Movimento de Libertação de Moçambique" é do seguinte teor:

"Prezado Senhor — Talvez lhe interessem mais algumas informações sobre a posição de "Mzee" Lazaro Cavandame (Kavedema em seu telegrama de Lisboa, datado de 2 de abril) no movimento de libertação de Moçambique. Ao invés de significar "virtualmente o fim da guerra de guerrilhas iniciada em 1964" pela FRELIMO contra o regime colonial português, a deserção de "Mzee" Lazaro para o campo português — divulgada por V. S. — constituiu antes um sinal de fortalecimento da unidade e eficácia da FRELIMO.

Os seguintes pontos são altamente relevantes:

(1) Mzee Lazaro foi um dos fundadores do MANU, antigo movimento nacionalista surgido entre os Makonde de Cabo Delgado, província de Moçambique. Em 1962, o MANU integrou-se na FRELIMO, a Frente de Libertação de Moçambique, juntamente com outros pequenos movimentos nacionalistas, entre os quais se destacava a UDENAMO. Consequentemente, Lazaro passou a ser, a partir de 1962, o principal representante da FRELIMO para a província de Delgado, residindo parte do tempo no Sul da Tanzânia e parte no Norte de Moçambique.

(2) Lazaro começou a preocupar-se com as implicações políticas da FRELIMO depois que esta logrou um êxito considerável na guerra de guerrilhas contra as forças armadas portuguesas, que se iniciou em fins de 1964. Sua inquietação pouco tinha a ver com as "influências externas" — quer da Rússia, China ou dos Estados Unidos —, mas relacionava-se grandemente com o fato de que essa guerra de guerrilhas promovera jovens que não estavam dispostos a aceitar a posição tradicional dos chefes locais mais idosos entre os Makonde, como o próprio Lazaro, e que exigiam, cada vez mais, novas estruturas pós-coloniais.

(3) Lazaro e sete outros delegados da província de Delgado recusaram-se a participar do grande Congresso da FRE-

LIMO, realizado em julho último na vizinha província moçambicana de Niassa. Sei disso, porque estive lá. Dêsse Congresso, porém, participaram todos os nove delegados militares e político-militares de Cabo Delgado (bem como cerca de 140 delegados das outras oito províncias de Moçambique). Entre aqueles jovens incluía-se, por exemplo, o principal comandante militar de Cabo Delgado, um jovem e inteligentíssimo ex-professor denominado Raimundo, com o qual mantive longas conversas. Raimundo, penso eu, é o representante típico daqueles jovens moçambicanos que consideram a guerra insurrecional como o meio de edificar novas estruturas políticas de natureza eleitoral e democrática, e para os quais as estruturas atuais, amplamente implantadas pelas necessidades do regime colonial português, são totalmente inadequadas à tarefa da reconstrução pós-colonial.

Esses delegados militares e político-militares de Cabo Delgado tomaram parte ativa no Congresso; alguns deles foram eleitos para o comité central da FRELIMO, recentemente ampliado.

(4) Na época em que se realizava esse Congresso, entretanto, Lazaro e seus amigos tramavam um movimento separatista Makonde com o auxílio de alguns dos líderes da parte do povo Makonde, que vive em Tanzânia (e cujo número se avolumou com os refugiados, após o início dessa guerra). "Isso chegou ao conhecimento de Eduardo Mondlane, recentemente reeleito presidente da FRELIMO, e de seus colegas, durante uma dramática confrontação com Lazaro e alguns de seus adeptos, a qual se verificou entre 6 e 10 de agosto de 1968, pouco depois de o Congresso ser encerrado. Ficou então claro — para citar textualmente uma carta que Eduardo Mondlane me escreveu a 16 de agosto — que "enquanto realizávamos o nosso Congresso, Lazaro e seus amigos tomavam providências para: (a) bloquear a liderança de Mondlane, caso fosse reeleito (no Congresso, onde realmente foi, entusiasticamente), ou então (b) cindir a FRELIMO em dois movimentos... O outro movimento seria com-

posto unicamente de Makondes de Cabo Delgado, e sua tarefa consistiria em libertar a província e criar uma nova Biafra..."

(5) Esse movimento de cisão malogrrou graças à enérgica resposta de Mondlane e graças ao apoio que recebeu dos líderes do Governo da Tanzânia, os quais também só então foram inteirados do que ocorria. Este último insistiu numa confrontação. Nessa confrontação, Mondlane foi unanimemente apoiado pelos delegados militares e político-militares de Cabo Delgado, e a posição de Lazaro tornou-se assim insustentável. "Nessa altura, para citar a carta de Mondlane, "notando a futilidade de sua posição, Lazaro tornou-se um veludo".

Em outras palavras, a FRELIMO emergiu de seu Congresso em julho último e, posteriormente, de sua confrontação com Lazaro em agosto último, com uma nítida vitória sobre esses idosos separatistas que temiam, e que indubitavelmente ainda temem, que a evolução democrática da FRELIMO dentro de Moçambique possa minar suas posições parcialmente fomentadas pelos portugueses, de privilégios comerciais e políticos.

Agora, que Lazaro parece haver-se passado para os portugueses, e isso em vésperas do assassinio, ainda não explicado, de Mondlane, em Fevereiro último, cabe perguntar se seu jôgo não era, efetivamente, ainda mais profundo do que Mondlane, Simango e seus colegas suspeitaram em Agosto. Pelo seu lado, naturalmente, os portugueses sempre se esforçaram por cindir a FRELIMO em seus grupos étnicos constituintes (outro exemplo do "tribalismo" de inspiração européia!); e com esse objetivo utilizaram-se de uma sucessão de agentes africanos cujos nomes eram, em sua maioria, desconhecidos ou altamente suspeitos.

Na atual situação, entretanto, o equilíbrio das evidências só pode sugerir que os portugueses malograram nessas manobras políticas tão nitidamente quanto malograram na frente militar. E agora não podem estar realmente satisfeitos pelo fato de Lazaro haver aderido abertamente. Pois a sua utilidade para eles, grande ou pequena, direta ou indireta, só poderá ser avaliada no fim de tudo.

OUÇA A RÁDIO
PORTUGAL LIVRE

Jornalmente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A
SERVIÇO DO POVO
PORTUGUÊS

Graves derrotas do Fascismo e Colonialismo

Só depois do regresso a Lisboa do sr. Marcelo Caetano, o Governo fascista publicou um comunicado, informando que durante a breve permanência em Angola do sucessor de Salazar, os guerrilheiros do MPLA fizeram descarrilar um comboio. Segundo a nota oficial, morreram seis pessoas, ficaram feridas muitas e os prejuízos materiais são muito elevados. Consta, que o MPLA desfechou simultaneamente vários ataques vitoriosos contra postos militares portugueses nas regiões do Moxico e de Cabinda e que comandos seus estiveram também em acção a Nordeste de Luanda. Eis uma imagem da PAZ prometida por Caetano...

Greve Geral
em Coimbra

Por outro lado, os estudantes da Universidade de Coimbra, acabam de decretar greve geral. A greve é a resposta dos estudantes à repressão que se abateu sobre a Academia coimbrã, após a corajosa

atitude dos universitários na cerimónia de inauguração do edifício da Faculdade de Ciências, realizada em 17 de Abril p.p., quando o fantoche Tomás e sua comitiva se viram obrigados a acabar com a sua "festa", por não quererem escutar um representante dos estudantes e estes se apoderaram das dependências da Faculdade.

Após aquela jornada memorável, a vingança das autoridades fascistas não se fez esperar: passadas algumas horas o presidente da Associação Académica era preso. Quando no dia seguinte, dezenas de estudantes se concentraram em frente da sede da PIDE para reclamar a libertação do colega preso, foram atacados por cães policiais e agredidos pela tropa de choque armada de metralhadoras. Desta selvática agressão resultaram cinco estudantes feridos, três dos quais tiveram de receber tratamento nos hospitais da Universidade.

Parante a intolerância e violência das autoridades fascistas, que culminou com a prisão e expulsão da Universidade de 23 estudantes, a Academia reuniu-se e decretou o luto (greve geral). Os estudantes de Coimbra seguiram o único caminho justo. Unidos e firmes, continuam desafiando o aparelho de repressão caetanista, contando agora com o apoio geral da população e a solidariedade dos seus colegas de Lisboa e Porto.

Grandes manifestações
no 1.º de Maio

No momento de fecharmos esta edição, no dia 2 de Maio, as agências noticiosas internacionais informam que o 1.º de Maio foi em Portugal uma grande jornada de luta contra o regime.

Publicamos abaixo um resumo dos telegramas:

Lisboa — Ante a profundidade da agitação reinante nos meios universitários, o Governo ordenou na quinta-feira, 1, o encerramento de todas as Faculdades da capital com receio das manifestações convocadas por panfletos assinados pela "Comissão dos Estudantes pelo 1.º de Maio". Esses prospectos exortavam os estudantes a unir-se aos operários, formando uma frente comum contra "a demagogia liberalizante do dr. Caetano que continua a política terrorista e colonialista de Salazar".

No Porto uma bomba explodiu em frente do Conselho dos Estados Unidos e nesta cidade só a última hora foi evitada a explosão de um petardo de grande potencia. Admite-se, porém, que se trate de iniciativas individuais.

O ministro da Educação, Hermano Saraiva, ante a firmeza dos estudantes de Coimbra, ainda em greve, declarou

ontem pela Televisão que a agitação estudantil na velha Universidade ameaça "transformar-se em anarquia". A opinião pública portuguesa, mal informada da gravidade da revolta estudantil, reagiu favoravelmente aos estudantes, solidarizando-se com o seu movimento.

Em Lisboa, apesar do poderoso dispositivo policial, os jovens — operários e estudantes — desafiaram o aparelho de terror, e centenas de manifestantes saíram à rua desfilar, o que provocou, durante horas, violentos choques com o serviço de repressão.

Em todo o País houve manifestações cuja amplitude ainda se desconhece.